



Assembleia da União das Freguesias de Caparica e Trafaria

EDITAL 67 / 2014

Maria Evangelina Matos Pereira, Presidente da Assembleia da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, torna público, que na Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de setembro, realizada no dia 23 de setembro de 2014, a União da Assembleia das Freguesias de Caparica e Trafaria, aprovou a seguinte moção:

Moção

35 ANOS DE SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

O Direito à Saúde é um direito fundamental de todo o ser humano inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem, e consagrado no art. 64º da Constituição da República Portuguesa.

A consagração deste direito foi uma das mais importantes conquistas da Revolução de 25 de abril de 1974 e é um dos pilares do próprio Estado Social tendo sido o primeiro passo para a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com a Lei n.º 56/79, de 15 de setembro, que passou a garantir a prestação de cuidados de saúde geral, universal e gratuito a todos os que deles necessitem, nas vertentes da prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados de fim de vida.

Com esta consagração, o panorama da saúde em Portugal mudou radicalmente tendo o SNS conseguido aproximar os indicadores de saúde do nosso país aos dos países mais avançados do mundo em termos de saúde pública.

Cedo porém começaram os ataques a este direito fundamental.

Com a revisão constitucional de 1989, entre outras alterações de retrocesso dos valores fundamentais consagrados na Constituição de 1976, o SNS que até então era gratuito, passou a ser “tendencialmente gratuito”.

A criação das taxas moderadoras, que não moderam absolutamente nada, que apenas servem para aumentar a participação das famílias nos custos com a saúde.

Em consequência desta política de taxas, centenas de milhares de portugueses estão limitados ou mesmo impedidos de aceder aos cuidados de saúde que necessitam.

Os sucessivos Governos com as suas políticas de direita, tudo têm feito para destruir os recursos públicos afectos à prestação de cuidados de saúde, ao mesmo tempo que criam as condições de favorecimento aos interesses privados das seguradoras e da banca, sendo esta a verdadeira razão das reestruturações em curso na saúde, transferindo para os grandes grupos monopolistas da saúde a prestação de cuidados, acompanhada do respetivo financiamento público.

Num contexto político marcado pela subserviência ao poder económico e às imposições externas inscritas no programa de agressão, cujas consequências no plano da saúde já estão a ser dramáticas para largos milhares de portugueses, o Governo do PSD/CDS-PP continua com a brutal ofensiva contra o SNS e o direito constitucional à saúde, tal como se pode constatar na recente Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-A/2014, de 15 do corrente mês.

Com a reorganização da rede de cuidados de saúde primários foram encerrados 100 serviços de proximidade (SAP's, Centros de Saúde e extensões de saúde) entre 2011 e 2013, de que é exemplo o encerramento do Centro de Saúde da Trafaria, tornando assim mais difícil o acesso aos cuidados de saúde, situação que piorou com a decisão do Governo em retirar o apoio em transporte a milhares de doentes não emergentes e com a supressão de carreiras de transportes públicos.

A acrescer a esta situação, a brutal diminuição dos rendimentos das famílias devido ao desemprego, ao trabalho precário, ao enorme aumento de impostos, aos cortes salariais, a par com os cortes sucessivos no Orçamento do SNS e do aumento das taxas moderadoras, dos meios complementares de diagnóstico e da comparticipação em medicamentos, tem contribuído para

criar graves dificuldades e desigualdades tanto ao nível do acesso das populações aos cuidados de saúde, como na qualidade dos mesmos.

As restrições orçamentais na Saúde, impostas pelo Governo, têm deteriorado a qualidade dos serviços prestados no SNS, seja por falta de recursos humanos e material médico, seja pela baixa qualidade do mesmo e ainda pelas más condições físicas e materiais de alguns equipamentos.

A par desta situação, a saída de profissionais do SNS, por vários motivos, desde a aposentação a rescisões por mútuo acordo, e que não são substituídos atempadamente, está a provocar que em muitos Centros de Saúde e Unidades de Saúde Familiar, muitos doentes deixem de ter médico de família, situação que acontece atualmente na Unidade de Saúde Familiar na Caparica, onde largas centenas de cidadãos deixaram de ter médico de família, com todas as consequências negativas que essa situação provoca no acesso aos cuidados de saúde, nomeadamente nos tempos de espera para as consultas.

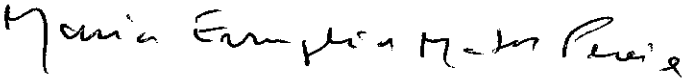
Assim considerando que a saúde é um direito de todos e não um privilégio de quem a pode pagar, a Assembleia da União das Freguesias de Caparica e Trafaria reunida em sessão ordinária no dia 23 de setembro de 2014, exige:

1. A reabertura imediata do Centro de Saúde da Trafaria;
2. A colocação na Unidade de Saúde Familiar da Caparica de profissionais de todas as áreas em número suficiente, em particular médicos de família;
3. A revogação das taxas moderadoras;
4. Um SNS universal e gratuito que realize e aprofunde os valores da solidariedade e respeite o ordenamento constitucional saído da Constituição de 1976;
5. O fim da promiscuidade público - privado, acabando com o financiamento de interesses privados com recursos e equipamentos públicos;
6. O aumento do número de profissionais de saúde de acordo com as necessidades e o fim do recurso ao trabalho precário e sem direitos;

Para conhecimento geral se publica o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

Caparica, 07 de outubro de 2014

A Presidente



(Maria Evangelina Matos Pereira)